

# Diferentes faces da complexa relação entre desigualdade, educação e pobreza

Danielle Torri

FAHEL, M.; RAMBLA, X.; LAZZAROTTI, B.;  
BRONZO, C. (Org.). *Desigualdades educacionais & pobreza*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2013. 394 p.

169

É consenso, há muito tempo, entre os educadores e estudiosos da educação que a escola não pode e nem deve assumir o papel de redentora. Entretanto, também há concordância que a escola pode ser o espaço para discussão crítica da condição da pobreza, exigindo do Estado maior atenção para a dignidade humana, atuando no desvelamento de direitos ainda negados.

A coletânea *Desigualdades educacionais & pobreza*, publicada em 2013, organizada por Murilo Fabel, Xavier Rambla, Bruno Lazzarotti e Carla Bronzo e escrita por muitas mãos talentosas, é uma colaboração entre a Fundação João Pinheiro, instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais e a Universidad Autónoma de Barcelona. Em seis seções, doze capítulos articulam o conhecimento científico e teórico produzido pela academia com a pesquisa empírica rigorosa. Os autores se debruçam sobre os problemas e as dificuldades práticas que os cidadãos enfrentam e que os administradores públicos pretendem, por meio de políticas públicas, repensar e enfrentar, no que tange às desafiantes relações entre educação e desigualdade social.

A primeira seção trata do desenvolvimento educacional na América Latina e da expansão do ensino superior no Brasil, ocorrida recentemente. No capítulo de Xavier Rambla, Rosangela S. Pereira e Josep Lluís Espluga, "La articulación de las políticas públicas a favor del desarrollo educativo: el margen de manobra en América Latina", os autores apontam que apesar de várias parcelas do poder público colocarem em prática políticas educativas que representam um avanço importante

no desenvolvimento educacional, essas políticas têm enfrentado uma série de obstáculos, por exemplo, a ainda grande quantidade de crianças fora da escola primária e a significativa parcela de adolescentes que abandonam os estudos enquanto avançam no sistema educativo. Esses argumentos são reforçados no capítulo “A expansão e a persistência das desigualdades no sistema de ensino superior no Brasil”, de Manoel de Almeida Neto, o qual, por meio de dados e relatórios, demonstra como, apesar do aparente incremento apresentado pela educação superior nas duas últimas décadas, têm acesso a ela apenas pouco mais de 14% dos jovens de 18 a 24 anos, quando a meta do Plano Nacional de Educação 2001-2010 era de 30% (Brasil, Lei nº 10.172, 2001). Os autores desses dois textos também apontam que o acesso ao ensino superior continua maior entre os brancos e menor entre os mais pobres, dado o grande número de jovens trabalhadores que abandona o ensino médio. Afirmando que essa oferta é predominante nas universidades particulares, e não no ensino público, de modo que, apoiados em Winkler (2010), entendem que a desigualdade de renda é, ao mesmo tempo, o resultado e a causa das desigualdades de oportunidades educacionais.

A segunda seção inicia-se com o capítulo “La pobreza multidimensional: propuesta y cálculo de un índice para Medellín 2010”, de Liliana Gallego Duque que, utilizando uma lista de capacidades básicas de Martha Nussbaum (2000), enfatiza a degradação e a insegurança dos espaços públicos nos entornos dos locais de residência – escolas e espaços de lazer, por exemplo – como fatores que impedem uma grande parcela da população de se desenvolver e se alfabetizar, destacando as múltiplas facetas que afetam a educação das crianças e impedem a alfabetização dos adultos. A seguir, Murilo Fahel, Adão Rodrigues e Matheus Barroso se debruçam especificamente sobre “O impacto do Bolsa Família no desempenho escolar em Belo Horizonte: *spillover effect* da condicionalidade-educação”. Os autores expõem, por meio de dados, que as condicionalidades do Programa Bolsa Família ainda não resultam em sucesso no que tange a ganhos de aprendizagem dos alunos, e afirmam serem necessários, para além das condicionalidades que se colocam a esses beneficiários, programas com estratégias pedagógicas específicas para eles e investimento pedagógico em recursos humanos nas escolas, de modo a estarem preparadas para receber esse público.

A terceira seção, sobre desigualdades e desempenho educacional, inicia-se tratando da relação entre educabilidade e rendimento educacional com o capítulo intitulado “Un análisis de los condicionantes del rendimiento académico en Brasil a partir del Saeb 2005”, escrito por Mauro Mediavilla e Liliana Gallego Duque. Os autores apontam que raça, cor, nível de atraso dos alunos e região da escola são fatores determinantes para o rendimento educacional e mostram conexões entre a pobreza econômica e o rendimento escolar dos alunos. Esses dados foram trabalhados a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) brasileiro. Em seguida, Vitor Maia Senna Delgado, Adriana Miranda-Ribeiro e José Francisco Soares, no capítulo “Desigualdade escolar e desempenho”, apoiam-se no Programa Todos pela Educação, especificamente em uma de suas cinco metas, a que defende

“toda criança, com nível adequado de educação”, e propõem um modelo com base na medição do desempenho e da desigualdade nos exames de proficiência do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb), aplicando-o ao caso de Minas Gerais desde 2006. Os autores demonstram o quanto o sistema de ensino brasileiro está distante do ideal de aprendizado dos alunos e o quão distante está dos resultados de outros países quando comparado internacionalmente. Também assinalam que, quando se comparam escolas e municípios, a desigualdade aparece de maneira mais forte, porém, ao se agregarem as regiões, fica mais difícil notá-la, predominando a média entre elas, mascarando os dados.

Na quarta seção, essas questões são retomadas em dois capítulos que discutem desigualdades e defasagem escolar e apresentam dados sobre o desempenho da educação mineira. No capítulo intitulado “Acesso, cobertura e progressão escolar em Minas Gerais: que desigualdades?”, Marcos Arcanjo de Assis analisa o desempenho da educação nesse estado por meio de indicadores educacionais e o compara com o da Região Sudeste e o de todo o Brasil. Os resultados apresentam uma redução da desigualdade de oportunidades educacionais na educação básica, mas também o deslocamento dessas desigualdades para os níveis mais avançados da trajetória escolar, no caso de Minas Gerais. Na continuidade da seção, Bruno Lazzarotti Diniz Costa e Igor Adolfo Assaf Mendes analisam a relação entre “Família e desempenho escolar em Minas Gerais: recursos familiares e defasagem escolar”, utilizando dados sobre domicílios mineiros, produzidos por pesquisas da Fundação João Pinheiro, em 2011, tomando a defasagem educacional como indicador do desempenho de crianças e adolescentes. Nesse trabalho os recursos familiares foram definidos como materiais e não materiais, e analisados como capital social, cultural e econômico. Os resultados indicaram que as características pessoais como raça e gênero exercem influência preponderante na progressão escolar dos alunos. Já, no que diz respeito ao capital social, a defasagem é maior em famílias numerosas e conduzidas por apenas um dos progenitores. Do mesmo modo, os dados reforçam a tese de que famílias com responsáveis que têm mais escolaridade oferecem maior vantagem para a progressão escolar dos filhos.

A quinta seção é composta por dois textos que debatem juventude e educação profissional, tratando dos resultados do Programa de Ensino Profissional (PEP), que faz parte do projeto Protagonismo Juvenil, do governo mineiro. No primeiro, intitulado “Juventude e trabalho: o PEP e a inserção de jovens no mercado de trabalho”, Elaine Meire Vilela, Carmelita Veneroso, Cláudia Lima Ayer de Noronha, Guilherme Alberto Rodrigues, Zakia Hachem e Mariana Canaan discorrem sobre a relação entre juventude, pobreza e emprego e a necessidade de formação profissional baseada na proposta do PEP. Os autores apresentam os efeitos do programa na empregabilidade dos beneficiários deste e como as políticas públicas que contemplam a inserção dos jovens no mercado de trabalho podem ajudar na superação de problemas comuns da juventude brasileira – por exemplo, evasão escolar, falta de qualificação e baixa remuneração –, entendendo a educação como fator determinante para a empregabilidade dos jovens. Na sequência, Mariana Canaan, Guilherme Alberto

Rodrigues, Reginaldo Alves e Carmelita Veneroso, no capítulo “Educação profissional: menos evasão e reprovação no ensino médio”, discorrem sobre alguns aspectos referentes à causa do fracasso escolar nesse nível de ensino e apresentam os resultados que um programa como o PEP e a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio podem proporcionar na redução da repetência e da evasão. Os autores demonstram, pelos números da pesquisa, que os alunos do programa apresentam potencialidades para minimizar tais problemas, diminuindo os efeitos da origem social no fracasso escolar. Entretanto, ressaltam que o programa seria mais eficiente se, além do segundo e terceiro ano, também atendessem ao primeiro ano do ensino médio, pois é nele que a taxa de evasão é maior.

Os dois últimos capítulos do livro, na sexta seção, versam sobre educação e mobilidade social. No texto intitulado “Raça, capital social e posição sócio-ocupacional: um estudo aproximativo para a Região Metropolitana de Belo Horizonte”, Murillo Marschner Alves de Brito, Danielle Cireno Fernandes e Diogo Henrique Helal analisam os fatores que explicam a condição socioeconômica das ocupações dos indivíduos moradores da região metropolitana da capital mineira e a relação entre essa posição e as redes de capital social, a partir de dados de pesquisa realizada pelo Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O trabalho demonstra que a escolaridade formal é significativa na explicação do índice socioeconômico, mas que variáveis como raça, gênero e, principalmente, *background* familiar interferem diretamente na posição ocupada por eles na estrutura social, quando o indivíduo encontra-se inserido em redes mais amplas de capital social, de modo que a teoria da meritocracia não pode ser tomada isoladamente. Para os autores, a teoria do capital cultural pode ser facilmente entendida nesse contexto. Encerrando a coletânea, Adão Rodrigues, Márcio Antonio Salvato e Sabino Porto Junior, no capítulo “Prêmio de escolaridade no Brasil”, quantificam as implicações dos determinantes do rendimento do mercado de trabalho por meio de métodos econométricos sobre a taxa de retorno da educação no Brasil no período de 2001 a 2008, reforçando que existem diferenças no mercado de trabalho por regiões e que a origem da concentração de renda está na formação de capital humano e na qualidade da educação formal.

A leitura desta obra nos ajuda a refletir sobre o quanto a educação pode colaborar na transformação da realidade, promoção dos direitos humanos e de espaços de resistência, sendo indispensável para aqueles que pensam ou pesquisam as políticas públicas nessa área. O livro demonstra grande capacidade em apresentar a pobreza como multifacetada e a importância de assim considerá-la para pensar as duas outras pontas da tríade estudada, quais sejam, a educação e a desigualdade. Por fim, apresenta os avanços sociais e educacionais dos últimos anos na América Latina e, também, os entraves ainda presentes para – nas palavras dos organizadores – uma “política educacional com justiça distributiva e boa qualidade”.

## Referências bibliográficas

---

BRASIL. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>.

NUSSBAUM, Martha. *Women and human development: the capabilities approach*. New York: Cambridge University Press, 2000.

WINKLER, Donald. Financiamento da educação na América Latina. In: SCHWARTZMAN, S.; COX, C. (Org.). *Políticas educacionais e coesão social*. São Paulo: Campus, 2010.

---

Danielle Torri, mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é doutoranda em Educação nessa universidade. Lecionou nos cursos de Pedagogia da UFSC e da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).

danielletorri@yahoo.com.br